



Um espião infiltrado na comunidade de asilados brasileiros no Uruguai: o caso do informante “Altair”

Ananda Simões Fernandes

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil

Historiadora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

anandasfernandes@gmail.com

Autorizo publicação

Introdução

O presente artigo pretende abordar como se deu a infiltração – um dos principais métodos utilizados pelos serviços de informações das ditaduras de Segurança Nacional – entre os exilados brasileiros no Uruguai. Com o golpe de Estado no Brasil, em 1964, centenas de opositores à recente ditadura instituída exilaram-se no país vizinho, pois o Uruguai possuía uma das democracias mais sólidas da região, bem como uma forte política de solidariedade internacional, tendo acolhido, inclusive, o presidente deposto, João Goulart.

Entretanto, tendo como legitimação as chamadas “fronteiras ideológicas”, ou seja, na vigilância, busca e apreensão dos “inimigos” as fronteiras nacionais não existiriam, esses exilados, mesmo estando em outro país, passaram a ser monitorados. Assim, pretende-se analisar o caso do informante Alberto Conrado, que possuía cidadanias brasileira e uruguaia. Infiltrou-se na comunidade de exilados brasileiros no Uruguai entre os anos de 1967 e 1980, gerando mais de 800 páginas de documentação, abrigadas pelo Arquivo Nacional, em Brasília. Conforme seu relato, trabalhava para o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e repassava seus informes para o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão de espionagem vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e subordinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Na maior parte dos seus informes, utilizou-se do codinome “Altair”. Desse modo, pretende-se verificar a dinâmica e metodologia da comunidade de informações, particularmente o caso da infiltração, pela perspectiva dos próprios agentes do Estado.

A produção do medo pela comunidade de informação e segurança: os informantes

A comunidade de informações nas ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul se valeu da repressão preventiva, ao vigilar e monitorar o cotidiano da população. Uma intrincada, sofisticada e complexa estrutura foi montada para tal, com agentes que recebiam treinamento e realizavam cursos em escolas especializadas, inclusive fora do seu país de origem. Essa “comunidade” era dividida em grupos específicos, com funções bem delimitadas. Entretanto, havia também as pessoas que estavam dispostas a colaborar com o regime. Eram os chamados “informantes”, definidos assim pelo Departamento de Administração da Escola Nacional de Informações (EsNI) na ditadura brasileira: “são pessoas que não pertencem aos quadros de funcionários do governo e que aquiescem ou desejam cooperar com uma organização de informações, mediante remuneração ou não”. Uma das apostilas produzidos por esse departamento demonstrava o seu método de atuação: “O informante desta agência, BX9, aluno de Filosofia da UEG, disse que foi ‘cantado’ por um ex-aluno de Filosofia conhecido por Raul para entrar na organização subversiva VPR [Vanguarda Popular Revolucionária]”.¹

Usualmente esses informantes eram classificados como D, E e F.² Muitos eram recrutados pela comunidade de informações dentre os quadros do funcionalismo público, sendo que, se selecionados, passavam por uma minuciosa investigação prévia. Há de fazer a ressalva que muitos desses funcionários, se não se mostrassem dispostos a cooperar, poderiam eles mesmos serem vistos como potenciais “inimigos”. Outros colaboravam por estarem comprometidos com a ideologia da doutrina, como entidades e associações da sociedade civil, vinculadas ao anticomunismo e a setores conservadores da Igreja Católica, por exemplo. Ademais, informantes voluntários, espontâneos e ocasionais, que dificulta que se trace o seu perfil, mas que tinham por motivação a colaboração com o regime – a ideia de se fazer parte de uma grande comunidade que lutava contra um inimigo comum.

¹ Informante. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, série Legislação, normas e procedimentos, BRANBSB AA1.LGS.001. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 177-78.

² Os informantes, ou as “fontes”, recebiam uma classificação de acordo com a sua confiabilidade. Era uma escala de seis níveis, considerando dois aspectos: idoneidade e precisão. Desse modo, quanto à idoneidade, uma fonte podia ser: A) completamente idôneo; B) geralmente idôneo; C) bastante idôneo não em todas as ocasiões; D) geralmente idôneo; E) parcialmente idôneo; F) a idoneidade não pode ser julgada. Quanto à precisão: 1) confirmado; 2) provavelmente verdadeiro; 3) possivelmente verdadeiro; 4) duvidoso; 5) improvável; 6) não pode ser avaliado.

Ainda segundo a EsNI, o recrutamento de informantes, por parte da comunidade de informações, requeria cautela, pois, em alguns casos, o resultado era a transformação de um agente subversivo em agente duplo. Essas operações se dariam dentro do campo da espionagem. Era feita uma aproximação entre o agente e o potencial informante e depois uma tentativa de criação de estreitamento de laços entre ambos. Muitos eram os motivos, na concepção do regime, para levarem as pessoas a colaborarem com a ditadura: “ideologia, dinheiro, complicações românticas, amor à aventura, homossexualismo, vícios etc”.³ Uma vez recrutado o informante, este era instruído em como estabelecer contato; quais medidas de segurança adotar; orientado a decifrar textos e a suportar um interrogatório. Conforme a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, os critérios abaixo deveriam ser seguidos para seleção de informantes, indo ao encontro das orientações da EsNI:

SELEÇÃO – uma investigação pode revelar algumas informações sobre o candidato a informante que obviamente a inabilitem para ser selecionado. Por exemplo, fatores de segurança, má saúde, etc. Entretanto, outros fatores de natureza seletiva devem ser levados em consideração. a) possibilidade de acesso ao objeto; b) grau de interesse por parte do Departamento de Polícia Federal e outros serviços de natureza correlata; c) valorização do grau de interesse do candidato – análise ideológica; motivos psicológicos, amor ódio, desejo de vingança, interesses financeiros, etc –; d) análise e avaliação do grau de confiança; e) estudo de elaboração de “Plano de Controle”; f) análise da capacidade operacional.⁴

Importante contribuição para o debate é trazida por Daniel Feierstein ao analisar o papel do delator – produto das novas formas de destruição das relações sociais sob os regimes de exceção. Para o sociólogo, há uma diretriz, por parte desses governos, de eliminar as relações sociais que permitem criar os laços de solidariedade, fazendo com que o cidadão queira fazer parte desse novo projeto de ordem e disciplina imposto: “Esta delación voluntaria [...] este modo de supuesta supervivencia en las condiciones del terror, funcionó como mecanismo de control a través de la difusión deliberada de la delación como práctica social,

³ Espionagem. Fonte do verbete: SNI, BRANSBSB V8, caixa 14, pasta 09. In: In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E, *op. cit.*, p. 139-143.

⁴ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4. _137.12.1.

del reforzamiento de esta práctica para transformarla en un modo hegemónico de desarrollar las relaciones sociales”.⁵

Marionilde Magalhães aponta, através do exame da documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Paraná, algumas semelhanças encontradas em informações prestadas por informantes espontâneos. Primeiramente, o anonimato é a regra. O campo de atuação do informante é o ambiente de convívio: “vizinhos, colegas e amigos são seu objeto de suspeição”.⁶ Mesmo quando não está seguro da informação, sugere para os órgãos de repressão que aquela pessoa tem que ser monitorada e chamada para prestar esclarecimentos. Como já visto, essas premissas inserem-se na “lógica da suspeição”, toda e qualquer pessoa pode ser um subversivo. Inclusive, é importante que o sistema aja antes dela vir a ser. Muitos informantes caracterizavam seus suspeitos como “vítimas nas mãos dos subversivos”. Sugestões de potenciais “inimigos”, locais que não eram devidamente controlados, entre outros, eram frequentemente elencados por esses vigilantes espontâneos para a comunidade de informações. A *constância do olhar vigilante* não vinha somente dos órgãos institucionais; para a Doutrina de Segurança Nacional, todos os cidadãos deveriam ser participantes.

Assim como os analistas de informação, os informantes também revelavam seus preconceitos: “O subversivo, quando judeu, por exemplo, merece mais severidade no tratamento que os demais; o polonês ou ucraniano são sempre comunistas; o negro, desordeiro. E os estrangeiros, em geral, são qualificados como portadores de ideias *estranhas* ao sistema”.⁷ Já para as mulheres, usualmente as informações não se referiam apenas às suas atividades políticas; vinham acompanhadas de uma devassa da sua vida privada – com um fortíssimo julgamento moral.

No caso do Brasil, a infiltração entre os grupos de organização de esquerda foi tão (ou até mais) eficaz do que a tortura:

A tortura entregou Marighella e levou a Lamarca, mas um informante destruiu a VPR no Brasil e outro provocou a morte de Joaquim Câmara Ferreira. Foram os cachorros que levaram os homens da *Casa da Vovó* [DOI-Codi] de São Paulo ao coração do que restava da Ala Vermelha

⁵ FEIERNSTEIN *apud* LARROBLA, Carla; LARROBLA, Fabiana. La sociedad vigilada: prácticas y miedo de una sociedad en dictadura. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTORIA POLÍTICA, 2, 2011, Montevideo. Disponível em: <http://riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Ponencia_Carla_y_Fabiana_Larrobla.pdf>. Acesso em: 13 ene 2015.

⁶ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 17, 1997.

⁷ *Idem, Ibid.*

(Edgar de Almeida Martins), da ALN (João Henrique Ferreira de Carvalho, o Jota e os agentes Benedito, Godofredo e Fritz), da VPR e da VAR-Palmares (José Anselmo dos Santos, o Kimball, e o agente Dourado), do PCdoB (Jover Telles, o VIP), da APML (Gilberto Prata Soares), do MOLIPO (Camilo) e do PCB (Vinicius), permitindo esmagá-los em meio a torturas e desaparecimentos.⁸

Os “cachorros”, como eram chamados pelos agentes da repressão, ganhavam um codinome e, muitas vezes, remuneração pelo seu trabalho. Eram motivados pelo instinto de preservação da sua vida – delatando companheiros em troca da sua sobrevivência, por convicção ideológica e/ou vantagem financeira.⁹ Um agente do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) de São Paulo, que se identificou apenas como “agente Chico”, assim descreveu como eram escolhidos esses informantes:

Quando o cara demonstrava fraqueza já nos primeiros interrogatórios fazia um trabalho nele pra ver se ele virava informante. Se conseguisse, o cara assinava um papel, ele recebia um dinheiro e podia soltar sossegado. A investigação fazia isso. A equipe que prendia na rua já vinha interrogando o cara, dando uma prensa e, se ele vinha “quietão”, o pessoal dizia quando chegava: esse cara é duro. Mas quando o cara era mole, se dizia: “Dá pra pegar o cara”.¹⁰

Para que o informante pudesse trabalhar infiltrado, toda uma operação era encenada pelos agentes de informação. Quando os militantes e dirigentes de determinada organização eram presos, três ou quatro pessoas – dentre elas o informante – seriam escolhidas para permanecerem livres. Importava que o nome do futuro “cachorro” não aparecesse nos depoimentos de nenhum dos participantes; mas, caso isso ocorresse, ele era excluído do interrogatório ou, então, preso. Sua prisão, entretanto, era apenas mais um meio de protegê-lo, pois o informante “fugiria” ou seria enviado ao DOPS, que o remeteria à Auditoria Militar, a fim de responder ao processo em liberdade. Com essa camuflagem, voltava para a organização e forneceria informações para a ditadura. Isso não impedia de os “cachorros”

⁸ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 261.

⁹ Situação diferente da dos “arrepentidos”, militantes de esquerda que combatiam a ditadura e que participaram dos episódios de retratação pública, veiculados nos principais meios de comunicação brasileiros a partir dos anos 1970. A estratégia dos “arrepentidos” inseria-se na “guerra psicológica”, que tinha por finalidade desestabilizar os grupos de luta armada e também desestimular os jovens a ingressar nessas organizações. Cf. GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

¹⁰ Agente Chico, entrevista em 2 de abril de 2005, fita 8, lado B *apud* GODOY, *op. cit.*, p. 260.

serem vistos com desconfiança pelos agentes da repressão. Em virtude disso, a comunidade de informações arquivava toda documentação possível sobre eles, constando recibos, fotos e contratos. “O que a gente sabia é que existia uma forma de envolvimento, de comprometimento para que, se a pessoa resolvesse não cumprir o contratado, estaria tudo sacramentado dela como colaboradora”.¹¹

A infiltração na comunidade de exilados: o caso do informante “Altair”

O caso do informante Alberto Conrado, brasileiro com nacionalidade uruguaia também, possui mais de 800 páginas de documentação, abrigada pelo Arquivo Nacional do Brasil. Trabalhava para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), conforme suas declarações, e repassava seus informes para o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão secreto de inteligência e espionagem vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e subordinado ao SNI. Atuou como infiltrado dentro da comunidade de asilados brasileiros no Uruguai de 1967 a 1980.

Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa¹² redigiu a portaria ultrassecreta que criava o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966, sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985. Funcionando com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior”, as atividades de espionagem funcionavam sob o nome de “Plano de Busca Externa”, com apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares – vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças. Oficialmente, existia um centro responsável por fornecer informações estratégicas ao Itamaraty a fim de melhorar a execução política externa do país. Um dos requisitos básicos para ser um agente do CIEEx era ter realizado o curso de planejamento estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG) ou ter feito o treinamento de agente na EsNI.

Esse órgão de espionagem ultrapassou o âmbito do Cone Sul, estendendo-se até a Europa, inclusive. Atuou nas embaixadas de Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Paris, Praga, Moscou e Lisboa (após a Revolução dos Cravos, em 1975). O grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações foi intenso, principalmente com as do Cone Sul, havendo um amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países. Constituiu-se em

¹¹ Agente Alemão, entrevista em 12 de abril de 2005, fita I, lado A *apud* GODOY, *op. cit.*, p. 263.

¹² Manoel Pio Corrêa retirou-se do serviço diplomático no Uruguai no início de 1966, assumindo o cargo de Secretário Geral de Política Exterior, deslocando-se, em 1968, para a Embaixada brasileira em Buenos Aires.

uma verdadeira “elite” do sistema de informação.

Para obter as informações desejadas sobre os exilados, esse centro de espionagem recorria a vários métodos: infiltração de agentes no meio dos exilados,¹³ violação de correspondência, apreensão de materiais pessoais e das organizações, rastreamento de veículos considerados suspeitos que circulavam pela fronteira, controle das atividades e dos “pombos-correio”, etc. Além disso, a contratação de informantes e, principalmente, a colaboração de forças policiais do país que abrigava os exilados era fundamental nas atividades exercidas pelo CIEEx.

Identificado nos relatórios como “Altair”, “Johnson”, “Zuleica” e “Carlos Silveira”, Alberto Conrado enviava as informações que obtinha por meio do seu “operador” – identificado como “Fred” e “José” –, geralmente em cinemas de Montevideú, em encontros que duravam no máximo 15 minutos. Além de vigilar a comunidade asilada no Uruguai, muitas vezes acompanhava os exilados em missões no exterior. Outra forma de obter os informes era através da interceptação de cartas, prática na qual tinha suporte de funcionários do correio uruguaio mediante pagamento:

1 – O interceptador da correspondência é LIRIO FERNANDEZ.

2 – Reside à Rua Reconquista, esquina Alzaibar e trabalha na seção de cartas registradas, no correio central, desempenhando funções de chefe de seção.

3 – O referido elemento está pronto a “passar”, de cada vez, cerca de 15 cartas, de *qualquer procedência*, inclusive da China comunista, mediante o pagamento de MU\$ 1.500,00 por cada entrega.

4 – As “passadas” podem continuar a ser feitas pelo intermediário anteriormente utilizado e a pretexto de que se destinam a CLAUDIO (foi esta a explicação que ALTAIR deu, tanto da primeira vez, quando era operado por DIEGO, quando desta, quando voltou a procurar o funcionário dos correios).¹⁴

A questão referente a pagamentos era muito debatida nos relatórios. Há vários pedidos de ressarcimentos, pagamentos atrasados e pagamento de 13º salário. Esses documentos ajudam a comprovar a vinculação desses informantes à comunidade de informações da

¹³ Philip Agee relata que o comissário Alejandro Otero, do Departamento de Ligações e Investigações da polícia de Montevideú, chegou a prender um sargento da Marinha que se passava por estudante entre os exilados brasileiros, a pedido do adido militar coronel Câmara Sena. Acusado de espionagem, foi posto em liberdade devido à intervenção da Embaixada brasileira. O adido militar recebeu assistência no desenvolvimento de operações para infiltração entre os exilados de um agente norte-americano da CIA situado na base de Montevideú. Cf. AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

¹⁴ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

ditadura brasileira, no caso específico, a um órgão do Ministério das Relações Exteriores, o CIEEx:

1. Vamos manter JOHNSON. Não é, está longe de ser o ideal, mas é o de que dispomos. Apesar dos riscos que representa, é melhor do que nada.
2. Como é quase certo que no primeiro contato JOHNSON fale em dinheiro é bom que JOSÉ esteja preparado para dizer-lhe que o último trimestre do ano será, como os demais pago vencido (isto é, em janeiro), que ele receberá o décimo-terceiro e que não se aflija nem crie casos porque nunca deixou nem deixará de receber o que lhe é devido.
3. Devemos capitalizar os longos meses durante os quais JOHNSON ganhou sem trabalhar para nós e cobrar-lhe um relatório condizente com a nossa magnanimidade.¹⁵

O documento a seguir, do segundo semestre de 1979, demonstra o vínculo que os agentes possuíam com o CIEEx e a Embaixada brasileira no Uruguai. Sabe-se que “Zuleica” era um dos nomes utilizados por Conrado e demais agentes nos relatórios. Quanto a “Silvio” e “Natercia” estima-se que também fossem informantes. Pelo documento, Alberto Conrado teria recebido o pagamento no valor de três mil dólares referente a seis meses de serviço. Nos cheques nº. 103 e 109, emitidos em julho e agosto de 1979, respectivamente, consta o nome de Carlos Hildebrant, diplomata que na época chefiava o CIEEx.¹⁶ Ambos os cheques foram remetidos pela mala diplomática para a Embaixada em Montevidéu, sendo que o de nº 103 foi acompanhado por uma mensagem geral (MSG):

Em anexo, cheques nominais nos 101, 102 e 103 no valor total de US\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos dólares norte-americanos), para fazer frente às despesas com essa BEX e que correspondem ao segundo semestre de 1979, assim discriminadas:

a) Silvio	US\$ 4.500,00
b) Zuleica	US\$ 3.000,00
c) Natercia	US\$ 300,00
d) Fundo Operacional	US\$ 1.000,00
Total	US\$ 8.800,00

2) Os cheques acima deverão ser depositados e sacados através das contas bancárias de SILVIO e EMA, respectivamente.

¹⁵ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.2.

¹⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. v. 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 185.

3) No que concerne a ZULEICA, e tendo em vista o seu pagamento, gostaríamos de conhecer o ponto de vista de FLORIANO [o ministro-conselheiro] sobre o rendimento do trabalho por ela apresentado no semestre findo.

4) Rogo acusar telegraficamente o bom recebimento dessa MSG.¹⁷

Em 1975, Conrado chegou a ser detido pelas forças policiais uruguaias, por ser suspeito de manter contato com entidades “subversivas”. Dessa forma, apresentou-se como 2º-tenente do CENIMAR, e que aparentava “ser contra o governo brasileiro para facilitar suas ligações com entidades suspeitas”. Desde 1968 era membro da Associação dos Asilados Brasileiros no Uruguai, tendo contato principalmente com Leonel Brizola e Cândido Aragão. Passou a ter por incumbência a reorganização dos asilados brasileiros que desejassem o desencadeamento da violência em território brasileiro. Acompanhava Cândido Aragão em grande parte de suas viagens, além de manter contatos com Joaquim Pires Cerveira¹⁸ no exterior, a fim de promover o seu retorno e de outros “extremistas” ao Brasil. Essas teriam sido algumas das principais atividades do agente infiltrado na comunidade de asilados brasileiros. A fim de investigar essas informações prestadas pelo agente à polícia uruguaia, um Pedido de Busca¹⁹ foi expedido pela 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (responsável pelo setor de informações) e difundido para a 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, o Centro de Informações do Exército (CIE), a Agência Central do SNI e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), demonstrando como funcionava a rede da comunidade de informações brasileira.

Para o bom funcionamento e para melhor efetividade das atividades de Conrado, a

¹⁷ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

¹⁸ Militante de um pequeno grupo da luta armada, a Frente de Libertação Nacional (FLN), que atuou, muitas vezes, conjuntamente com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Cerveira havia sido banido em junho de 1970, quando do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Ludwig Von Holleben, para o Chile. Foi sequestrado na Argentina por policiais brasileiros (entre os quais o delegado Sérgio Paranhos Fleury), juntamente com o também militante João Batista Rita Pereda, em dezembro de 1973. A seguir, foi levado para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, desaparecendo a partir de 12 ou 13 de janeiro de 1974. Seu desaparecimento está inserido na Operação Mercúrio, realizada pela repressão brasileira, que tinha por objetivo assassinar todos os banidos e ex-militares que tentassem voltar clandestinamente ao Brasil. Pelos informes do CIEEx, Joaquim Pires Cerveira vinha sendo monitorado pelos agentes brasileiros desde o seu banimento. Além disso, esse órgão relata que, em dezembro de 1970, Cerveira teria convencido o presidente cubano Fidel Castro a permitir que todos os exilados brasileiros em Cuba seguissem para o Chile, onde se reuniriam com os demais brasileiros vindos da Argélia, a fim de prepararem uma ofensiva contra a ditadura. Para tanto, teria recebido recursos financeiros e autorização para recrutar pessoal em Cuba, assim como ajuda tática de guerrilheiros cubanos e de brasileiros que receberam treinamento. A última referência em arquivos repressivos sobre Joaquim Pires Cerveira encontra-se no informe 635 (produzido pelo CIEEx), do ano de 1973, o qual relata o seu encontro com o ex-almirante Cândido Aragão, em Buenos Aires. Cerveira permanece desaparecido. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p. 356-357.

¹⁹ Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.2.

colaboração com o aparato repressivo uruguaio era inestimável. Segundo o informante, sua rede de contatos no Uruguai era grande, incluindo principalmente agentes de alta hierarquia vinculados aos serviços de inteligência naquele país, como o *Servicio de Información de Defensa* (SID),²⁰ encarregado de centralizar a produção de informação realizada pelas Forças Armadas com o objetivo de assessorar o Ministério da Defesa Nacional; a *Dirección Nacional de Información e Inteligencia* (DNII)²¹ que, questão externa, cabia-lhe fundamentalmente a vigilância dos refugiados políticos que se encontrassem no Uruguai, assim como a repressão às suas atividades; o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCA),²² agência de inteligência militar de organização e atuação clandestina, criado em 1974 pelo Comando Geral do Exército. Entretanto, é sempre importante fazer a ressalva de que esses contatos, permanentes ou esporádicos no dizer de Conrado, poderiam estar sendo sobrevalorizados, visto ser uma forma de estabelecer uma importância maior à sua informação:

- Inspetor VICTOR CASTIGLIONE, Diretor-Geral da Direção Nacional de Informação e Inteligência (DNII);
- Coronel GONZALEZ ARRONDO, Sub-Diretor do Serviço de Informação e Defesa (SID);
- General ESTEBAN CHRISTIE, Presidente do Clube Militar;
- Major VASQUEZ, do Setor de Operações do SID;
- Major RODRIGUEZ BURATTI, Chefe de Operações do SID;
- Major FABIAN, do Departamento Interior do SID;
- Coronel WALDEMAR, Chefe do Departamento Interior do SID;
- Comissário CAMPOS HERMIDA, Diretor do Departamento de Drogas Perigosas da DNII e elemento de ligação entre o Adido Militar brasileiro e a DNII;
- ALEJANDRO ROVIRA, ex-Ministro do Interior;

²⁰ Suas principais funções durante o período ditatorial foram desenvolver tarefas de contra inteligência dentro das Forças Armadas a fim de se manter a segurança contra “infiltrações comunistas”, ter uma política de manutenção da informação estratégica e tática através de contatos com serviços de inteligência de outros países (especialmente Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai) e manter permanente contato com a polícia, com a qual se ocupavam diariamente de perseguições a elementos considerados “terroristas”.

²¹ Polícia política no Uruguai. Inicialmente vinculada à Chefatura de Polícia de Montevidéu, durante a ditadura passou a ser subordinada ao Ministério do Interior. No processo de constituição das Forças Conjuntas, momento em que as Forças Armadas adquiriram um alto grau de autonomia no Uruguai, em 1971, a polícia foi um corpo militarizado, com seus funcionários sujeitos à disciplina e Código Penal Militar. Competia à DNII, quando da sua criação, em 1947 ser responsável pelos delitos: contra a soberania do Estado e contra Estados estrangeiros; contra a ordem política interna; contra a paz pública; e contra a segurança pública. Também era de sua responsabilidade tratar dos conflitos operários e de atividades consideradas antinacionais.

²² Pouco se sabe do funcionamento deste órgão, devido ao seu caráter “ilegal” dentro da própria lógica da legalidade da ditadura. Tinha como função coordenar e centralizar a “luta antissubversiva”. Os centros clandestinos de detenção dependiam diretamente da atuação da OCOA. Como este órgão não constava em nenhum organograma do aparato repressivo, seus agentes vinham de distintos organismos militares e policiais.

- Major AGUERRONDO, Chefe de Operações do OCOA;
- Coronel RUBEN DIAZ, Diretor do Departamento Exterior do SID;
- Capitão de Navio SANCHEZ, Representante da Marinha no SID.²³

A avaliação das atividades de Alberto Conrado foi uma constante nos mais de dez anos que trabalhou como agente infiltrado entre os exilados brasileiros. Essa situação pode ser percebida no documento anterior, de novembro de 1976, enviado de “Argeu” para “Fred”, o operador do informante, quando decidem mantê-lo vinculado ao CIEx, mesmo estando “*longe de ser o ideal*”, é a pessoa que dispõem para realizar as tarefas de infiltração, sendo “*melhor do que nada*”. De acordo com o manual da *Classificação dos informes na fonte*, da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, os seguintes fatores poderiam levar a o término das atividades de um informante:

- a) Ineficácia; b) Impossibilidade de acesso ao objetivo desejado; c) Fim de sua missão; d) Quando, segundo circunstâncias, o objetivo desejado torna-se impertinente; e) Quando sua conduta constituir um sério risco para a segurança da operação, por exemplo, inabilidade para guardar segredo, corrupção, medo, presunção de deslealdade, embriaguez excessiva, etc.; f) Conhecimento global da operação.²⁴

Essa decisão foi tomada após a análise do “Estudo encomendado pela Central” à BEX – EO (Base da embaixada de Montevideo) de 17 de agosto de 1976 e encaminhado um mês depois.²⁵ O relatório contém sete páginas, possui caráter secreto e não é assinado, mas pode-se depreender que foi realizado pelo seu operador. Constam as partes de “Introdução”; “Procedimento do agente”, com as subpartes “Relação do agente com o seu operador”, “Atitude do agente em relação ao CIEX”, “Ligações do agente com outros serviços nacionais e estrangeiros”; “Produção do agente”; “Conclusão”.

Para o entendimento da figura do “informante”, destacam-se alguns trechos do relatório. Na “Introdução”, foi realizado um perfil psicológico de Alberto Conrado e de como este interferia na sua atividade profissional:

²³ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

²⁴ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. fl. 17. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4. _137.12.1.

²⁵ Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.2. Grifos da autora.

O comportamento profissional de Altair reflete em grande parte as peculiaridades de seu perfil psicológico, marcado por uma *ambiguidade característica* que desorienta as pessoas que com ele são forçadas a relacionar-se direta ou indiretamente. Aliás, essa *duplicidade* se estende a quase todos os aspectos dominantes de sua vida, que apresenta às vezes uma natureza contraditória: Altair mantém relações de amizade com elementos reconhecidamente perigosos de esquerda e, no entanto, sente a necessidade de justificar sua atitude para que o se ligou aos Serviços de Informações. Essa ambiguidade é uma forma de permitir-lhe fazer o que deseja, sem os percalços inerentes às atividades e às ligações que porventura tenha.

[...]

O temperamento de Altair apresenta também características similares, pois não apresenta qualquer similitude com a imagem que se poderia ter de sua pessoa: apresenta grande dinamismo e mesmo certa agressividade, traços psicológicos que parecem esconder um temperamento melancólico e impressionável.

[...]

Outro traço característico do agente é a *imaginação fértil*. Altair possui uma capacidade de ligar fatos aparentemente desconexos de nível extraordinário. Porém, na maioria das vezes suas hipóteses de trabalho provaram ser acertadas. *Altair conseqüentemente detém um dom natural para o trabalho específico que executa.*

[...]

O fato de Conrado ser um agente infiltrado suscitava na comunidade de informações brasileira a noção de “duplicidade” no que se referia a ele. Assim, seu perfil psicológico era marcado por uma posição ambígua e contraditória, segundo os critérios do seu avaliador. O relatório aponta um sentido de que devido ao seu caráter e “dom natural” é de que Conrado era um informante, e não que tenha sido fabricado por um regime de exceção. A existência gera a consciência, e não vice-versa. Exaltava-se a sua ‘imaginação fértil’, ao invés de se ficar receoso, pois na lógica da produção da informação, o necessário era exatamente a produção, e não tanto a veracidade.

Outro trecho importante a ser destacado diz respeito às relações entre o agente e o operador:

Após um longo período de reestruturação material e operacional, o relacionamento operador-agente entrou em uma fase de relativa estabilidade e lógica operacional, salvo as eventuais

crises “históricas” do agente, ocasionadas principalmente por *falta de cobertura econômica* por ocasionais atrasos ou reivindicações salariais do agente.

[...]

O operador considera o trabalho do agente como razoavelmente bom e, em algumas oportunidades, bom. Ressalte-se que se considera como uma constante nestes comentários, por parte do operador, a *certeza da duplicidade e conseqüente pouca fidelidade*, características do trabalho desenvolvido pelo agente.

[...]

O grande problema é saber *para que lado pende o agente em seu foro íntimo*, pois essa é a *questão vital para avaliar seus informes*, atribuindo-lhes maior ou menor credibilidade. Acredito contudo, à luz da conhecida duplicidade do agente, que sua configuração como “C-3” atende à realidade da situação em que exerce suas atividades profissionais.

[...]

A questão financeira é sempre ressaltada. Pese a sua convicção ideológica, Conrado não estava disposto a infiltrar-se na comunidade de asilados brasileiros sem remuneração, o que ocasionou vários desgastes com o seu operador, devido a atrasos salariais por parte das instituições ditatoriais.

Um elemento de grande importância a destacar é a interpretação dos informes que Alberto Conrado entregava para o seu operador. A “duplicidade” e “pouca fidelidade” eram características marcantes dos seus relatórios. Os órgãos de informação suspeitavam que o informante também repassasse os informes para os asilados, considerando-o, dessa maneira, um agente duplo. Entretanto, era quem se dispunha a realizar essas tarefas para a ditadura, o que levou à sua permanência no cargo.

O informante brasileiro foi classificado como “C3”, isto é, “bastante idôneo não em todas as ocasiões” e “possivelmente verdadeiro”, visto ser um “infiltrado”, ou seja, também posto em vigilância pela mesma comunidade de informações a que ele servia. Os serviços de inteligência desconfiavam constantemente dos informantes, pois conforme o relatório das atividades de “Altair” apontava, *o grande problema é saber para que lado pende o agente em seu foro íntimo, pois essa é a questão vital para avaliar seus informes*. Alberto Conrado concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*,²⁶ no ano de 2012, afirmando que

²⁶ VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em:

“luchava intensamente contra o comunismo”, “siempre, sempre”, porque o “comunismo é uma porquería, a direita é boa, é gente de bem”. Porém, o ex-informante ressalta que tinha amigos nos dois lados. Para tanto, segundo suas palavras, era simples, bastava somente se adaptar.

Por fim, a questão referente à produção do agente:

Quantitativamente, a produção de Altair tem sido razoável: em 1974 foram encaminhados à Central 222 Informes calcados sobre o material que o agente obteve. Em 1975, tal cifra se viu reduzida a apenas 139 Informes [...]. Além disso, o agente encaminhou relatórios com a descrição de suas viagens ao exterior, com valiosas informações.

[...]

De uma forma geral, os informes de Altair desdobram-se em três ramos distintos: informação política, material relativo à subversão e o que se poderia qualificar de informações estratégicas.

[...]

O trabalho no terreno político-ideológico é o que revela a utilidade do emprego de um agente com características de duplicidade. Como o agente desenvolve contatos com elementos do meio sedicioso, sempre termina por fornecer indicações e elementos de valor.

Pode-se aferir que a produção de informes feita por Conrado era alta. No ano de 1974, 222 foram realizados, enquanto que em 1975, 139 informes foram retidos ao operador. Predominavam os conteúdos expostos acima, com destaque e considerados os mais valiosos e vitais para a comunidade de informações as atividades referentes à espionagem dos asilados brasileiros.

Não é possível precisar como esses relatórios produzidos pelo informante infiltrado repercutiram nas ações dos órgãos de informação e repressão contra os asilados brasileiros. Entretanto, é inegável que o papel de informante foi peça fundamental para a desarticulação dos movimentos de resistência à ditadura, e que todos os nomes indicados eram monitorados por meses, às vezes anos, podendo ocasionar o sequestro, a prisão arbitrária, a tortura, a morte e até desaparecimentos desses militantes.

A infiltração foi essencial, dessa forma, na fomentação da “cultura do medo”. Os exilados brasileiros algumas vezes contestaram a figura de Conrado, conforme relembra a filha do ex-coronel Nicoll que, na época, tinha 15 anos de idade: “O Conrado vivia na minha casa, muito. Era tido assim como um tipão, um galã. Mas ele apareceu assim do nada, e era muito questionado”.²⁷ Lena Nicoll também alega que existiam comentários de que ele seria um infiltrado. Porém, suas atividades prosseguiram até 1980, e não foi descoberto. O temor da infiltração por parte dos exilados brasileiros é um exemplo de como a “cultura do medo” foi se disseminado em virtude da aplicação das práticas do terrorismo de Estado – um sistema de informações baseado na lógica da suspeição, da deleção e da infiltração.

Nesse sentido, deve-se considerar a colaboração com o regime – remunerada, espontânea, ideológica – dentro dos impactos do terrorismo de Estado sobre a população. Além de se considerar a colaboração como um apoio explícito ao projeto ditatorial, esta deve ser compreendida “en un escenario social donde ‘el miedo’ era un elemento presente y, en muchos casos, determinante de las conductas sociales”.²⁸

FONTES

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4. _137.12.1.

Arquivo Nacional

CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

CIEx. BR AN, BSB, IE.25.2.

REFERÊNCIAS

AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

²⁷ *Idem, Ibid.*

²⁸ RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 2. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 432.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. v. 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

Espionagem. Fonte do verbete: SNI, BRANSBSB V8, caixa 14, pasta 09. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 139-143.

GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014.

Informante. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, série Legislação, normas e procedimentos, BRANBSB AA1.LGS.001. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 177-78.

LARROBLA, Carla; LARROBLA, Fabiana. La sociedad vigilada: prácticas y miedo de una sociedad en dictadura. In: SEGUNDAS JORNADAS DE HISTORIA POLÍTICA, 2, 2011, Montevideo. Disponível em: <http://riehr.com.ar/archivos/Investigacion/Ponencia_Carla_y_Fabiana_Larrobla.pdf>. Acesso em: 13 ene 2015.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 17, 1997.

RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 2. Montevideo: Universidad de la República, 2008.

VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signupcolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2014.